

Aulas de cidadania na rede municipal



Caminhadas pela Educação mostram que muitos professores querem intensificar mobilização

Página 4

edição 195 |
setembro de 2015
jornal mensal do
Sindicato dos
Professores Municipais
de Santa Maria

primeira classe



Campanha publicitária

Peças exigindo valorização profissional já estão nas ruas

Sem aumento e sem resposta

Cezar Schirmer, apesar da promessa, segue sem responder à categoria

Página 5



Organizar a indignação e voltar às ruas

EDITORIAL

Coordenação do Sinprosm avalia Caminhadas pela Educação, explica como o “ajuste fiscal” afeta o magistério municipal e chama por novas mobilizações

No mês que passou, as visitas do sindicato às escolas da rede municipal se deram em maior quantidade e qualidade. Por conta da deliberação da assembleia pelas Caminhadas pela Educação – atos reivindicatórios realizados em escolas-polo de cada região da cidade –, a coordenação do Sinprosm frequentou não somente essas instituições, mas também outras EMEIs e EMEFs de cada localidade para apresentar as propostas de mobilização. E o que avaliamos ao final desse processo? Há uma indignação latente e ampla entre os professores municipais de Santa Maria.

Embora a adesão às manifestações não tenha sido massiva, percebemos na fala dos professores que há uma série de insatisfações em relação a seus trabalhos: o descumprimento do Piso Nacional do Magistério, a falta de um plano de saúde de qualidade e compatível com o salário dos servidores municipais, a impossibilidade de realizar reuniões pedagógicas semanais e o recorrente autoritarismo por parte da Secretaria de Município de Educação foram ponto em comum nos reclames do professorado de todas as regiões e escolas visitadas. Raras vezes alguém argumentou em oposição.

Consideramos que as manifestações tiveram ganhos qualitativos justamente porque abriu-se mais um canal de diálogo entre o sindicato e sua base; também porque percebemos que as causas pelas quais lutamos desde que a atual coordenação assumiu não são restritas somente à direção sindical, mas praticamente consensuais entre os professores do município. Mesmo nos casos em que as Caminhadas pela Educação se transformaram em reuniões entre a coordenação sindical e os professores da escola sede – como foi o caso da Zona Leste, na EMEF Diácono João Luiz Pozzobon, e da Zona Norte, na EMEF Perpétuo Socorro –, os docentes manifestaram vontade de voltar às

ruas e reivindicar seus direitos. E mais importante: contribuíram com ideias e estratégias para a mobilização ampla na categoria.

O mês de setembro chegou ao fim e Cezar Schirmer descumpriu sua promessa. Ainda em junho, durante reunião com a coordenação sindical, o prefeito prometeu que receberia o magistério novamente “entre o final de agosto e o começo de setembro”, quando já haveria previsão orçamentária para o pagamento dos 6,6% que faltam para atingir o patamar do Piso. Schirmer, todavia, a despeito das múltiplas tentativas por parte do sindicato em abrir as negociações novamente, segue sem sequer responder às chamadas feitas pelo Sinprosm.

O Brasil passa por um momento perigoso. A crise econômica nas diversas esferas governamentais é uma ameaça sobretudo às condições de vida dos pobres e da classe média. Com a alegação do “ajuste fiscal”, os governos cortam gastos nos serviços públicos mais essenciais dos quais dependem quase todos os trabalhadores brasileiros – ex-

ceto, obviamente, os muito ricos que passam incólumes pela atual conjuntura. A educação, a saúde, a segurança e a previdência são os primeiros alvos da “austeridade” – eufemismo que pode ser traduzido como “desmonte”. A desarticulação de direitos que pareciam consolidados no magistério municipal santa-mariense está manifestamente inserida nesse contexto, cuja ideologia não podemos deixar de nomear: o neoliberalismo, que prega que educação e saúde públicas são gastos desnecessários e que todos os aspectos da vida da sociedade devem ser dominados pela iniciativa privada.

Neste sentido, apresentamos também, nesta edição do Primeira Classe, a campanha publicitária encomendada pela coordenação do Sinprosm. Gestada pela agência ArtMeio, ela pretende mostrar à população da cidade que a luta dos professores municipais não é uma pauta restrita à categoria, mas que diz respeito a toda a comunidade santa-mariense. Beto Oliveira, diretor de criação da agência, explicou um pouco da campanha: “O objetivo da campanha é mostrar que a luta dos professores municipais não é uma luta apenas pela categoria. É por algo maior, algo que une toda a sociedade, que é a luta por uma educação pública de qualidade.”

Mais importante do que a campanha publicitária, porém, é a presença de cada um – e não somente através de representações – na assembleia da categoria, que é o espaço democrático para as decisões do magistério – de onde qualquer decisão de mobilização terá força para ocorrer em cada escola da cidade. É importante a presença das direções – como exemplo e também permitindo através do manejo da organização o conjunto dos docentes. A data da assembleia que virá deve ser divulgada em breve. Por enquanto, convidamos todas e todos à luta e à mobilização. Boa leitura!

“Consideramos que as manifestações tiveram ganhos qualitativos justamente porque abriu-se mais um canal de diálogo entre o sindicato e sua base; também porque percebemos que as causas pelas quais lutamos não são restritas somente à direção sindical, mas praticamente consensuais entre os professores do município.”

ARTIGO

Processo eleitoral para as direções escolares: garantindo pesos iguais

“O direito não é uma simples ideia, é uma força viva. Por isso a justiça sustenta numa das mãos a balança na qual pesa o direito, e na outra segura a espada de que se serve para defendê-lo. A espada sem a balança é a força bruta, a balança sem a espada é a impotência do direito” - Rudolf Von Hering

Belas palavras, que não passariam do campo do ideal, se, na labuta diária, os operadores do direito e os cidadãos comuns não tomassem suas “espadas” para garantir direitos. Foi o que ocorreu no último setembro, quando da equivocada antecipação do processo eletivo para diretores e vice-diretores das escolas municipais. A Lei 4740/03, que institui a Gestão Escolar Democrática comanda no seu artigo 55, caput:

“Os professores, pais, alunos e funcionários serão convocados pela Comissão Eleitoral, através de Edital, na primeira quinzena de outubro para, na segunda primeira (quinzena) de novembro, realizar-se a eleição.

Todos sabem que o primeiro Edital, publicado em setembro, fixou as eleições para o dia cinco de outubro, antecipando, injustificadamente, o processo em um mês. Diante dessa irregularidade, o sindicato foi imediatamente questionado e provocado a tomar uma atitude diante de flagrante ilegalidade. Recorreu então à sua assessoria jurídica, que apontou para duas soluções. A primeira, de levar até a Comissão Eleitoral a posição do sindicato e questionar o porquê da antecipação. Sob essa orientação, no dia 03 de setembro o sindicato compareceu à reunião na qual seria aprovado e publicado o Edital. Numa postura transparente, o sindicato questionou à Comissão Eleitoral, composta por membros da Smed, do Conselho Municipal de Educação e do NTE, que não reconheceram prontamente a irregularidade e deram prosseguimento à publicação do Edital, recomendando ao Sindicato que enviasse uma correspondência oficial à Secretaria de Município da Educação.

Atendendo à sugestão da Comissão Eleitoral, o sindicato enviou o requerimento à Smed, que - certamente assessorada pelos procuradores municipais - acertadamente reconheceu então a ilegalidade do processo - do contrário não haveria

razão para revogar decisão anterior - e convocou nova reunião para a reorganização do calendário do processo eleitoral, agora, conforme a lei.

A segunda solução - à qual não foi preciso recorrer, e também informada pelo sindicato nas duas ocasiões (03/09 e 14/09) - seria ingressar com uma ação judicial, na qual certamente, de pronto, qualquer juiz reconheceria a ilegalidade e anularia, de igual forma o prematuro processo, porque contrário ao disposto em lei. Foi o que o sindicato quis evitar, e obteve êxito, impedindo um enfrentamento judicial e uma maior exposição do Sistema de Educação Municipal.

Por outro lado, a propósito, é importantíssimo registrar que o sindicato é membro titular do Conselho Municipal de Educação, em cuja lei de criação, em seu artigo 10, letra “F”, assevera que compete ao CME “zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação e ensino, representando junto às autoridades competentes, quando for o

caso.” Logo, também como membro deste órgão, o sindicato carrega a obrigatoriedade do zelo à observância da lei, que, neste caso, buscou em nome próprio.

Essa é a luta, esse é o uso concreto da “balança” para pesar a lei, e da “espada” para defendê-la, instrumentos os quais, neste momento, o sindicato não poderia se furtar de “empunhar”, porque a sua inércia conduziria à supressão de direitos coletivos da categoria, e também à vulnerabilidade diante de possíveis violações ou ameaças de violações futuras.

Somos educadores, logo, temos o compromisso de educar. Se educar é aflorar e desenvolver hábitos saudáveis para que se enraizem e passem a constituir a nova natureza dos homens, vislumbra-se, neste episódio, oportunidade imperdível de educar e dar testemunho de ética e de justiça.

Por Jane May de Oliveira Leal, coordenadora de Organização e Patrimônio do Sinprosm



A Lei 4740/2003, que institui a Gestão Escolar Democrática, foi ignorada pela SMed ao elaborar o processo eleitoral para as direções das escolas

Caminhamos pela educação

Ainda em agosto, em uma assembleia sindical com cerca de 60 professoras e professores da rede municipal, decidiu-se por uma forma de mobilização até este momento inédita: realização de atos – que foram batizados de “Caminhadas pela Educação” – localizados mais próximos às escolas e divididos por região da cidade. Foram quatro eventos, um em cada semana do mês.

A primeira das caminhadas ocorreu na Zona Oeste, a partir de concentração na EMEF Irmão Quintino na tarde do dia 9. Dezenas de professores da região saíram em caminhada pela Vila Caramelo para entregar uma carta aberta à comunidade. Na semana seguinte, no dia 16, foi a EMEF junto ao CAIC Luizinho de Grandi que sediou a Caminhada pela Educação. Após uma rodada de debates, professores da escola – que foi a única da região a participar –, acompanhados por alunos e moradores da comunidade, saíram em marcha pela Vila Lorenzi. Na Zona Leste a mobilização ocorreu no dia 23. Os professores da EMEF Diácono João Luiz Pozzobon, entretanto, preferiram acompanhar, em um ato maior, seus colegas da EMEF Perpétuo Socorro, escola sede da Caminhada do dia 30. O evento, contudo, não ocorreu em respeito à morte da promotora de justiça Ivanise Jann de Jesus, ocorrida naquela semana.

A despeito da adesão pequena às manifestações – apenas no caso da Zona Oeste houve presença de professores oriundos de escolas que não sediaram as Caminhadas – a avaliação da coordenação do Sinprosm é de que os momentos foram qualitativamente relevantes, já que as professoras e professores que participaram dos atos se mostraram dispostos a participar das ações reivindicatórias e contribuir com ideias e estratégias de mobilização. Ademais, a ideia de que o sindicato vá às escolas – e não o contrário – se mostrou efetiva ao aproximar a coordenação da base sindical. Nos dois últimos casos – nas zonas Leste e Norte – durante o horário programado para as Caminhadas houve uma rodada de conversa entre as escolas e a coordenação sindical, que também avaliou os momentos como qualitativamente muito importantes e mobilizadores.

Para o mês de outubro, a ideia é agendar uma nova assembleia para decidir quais serão as ações da categoria para buscar mais valorização profissional – manifestada, por exemplo, no reajuste salarial de 6,6% e na solução do problema dos planos de saúde. Também em relação à pauta dos planos, a coordenação do Sinprosm está organizando uma plenária exclusiva para debater a questão. Planeja-se reunir a Prefeitura Municipal – incluindo aí prefeito e secretários das pastas relevantes para o assunto –, Câmara de Vereadores, sindicatos de servidores – o Sinprosm e os Municipários – e o Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores da Prefeitura – IPASSP-SM. As datas e os locais dos eventos serão divulgadas em breve.



Na Zona Oeste, cartas foram entregues à população

A primeira região a realizar a Caminhada pela Educação foi a Zona Oeste, no dia 09. A concentração ocorreu em frente à EMEF Irmão Quintino, reunindo professores de escolas próximas. Os docentes da EMEF Adelmo Simas Genro levaram uma carta escrita por eles, apresentando o trabalho realizado na escola e colocando suas pautas de reivindicação.

Professores caminharam pela Vila Caramelo, distribuindo a carta elaborada pela coordenação e conversando com moradores.



Na Zona Sul, a aula foi de cidadania

A mobilização da Zona Sul, que reuniu-se em frente da EMEF junto ao CAIC Luizinho de Grandi, maior escola pública municipal, contou com apoio da comunidade escolar.

A caminhada percorreu as ruas principais da Vila Lorenzi no dia 16 de setembro, e foi acompanhada pelos alunos da escola, que pediram junto aos seus professores pela valorização profissional da categoria; moradores da comunidade também participaram da caminhada e das falas em frente à escola – vem daí, portanto, a definição de “aula de cidadania”



Zona Leste discute valorização profissional

Os professores da EMEF Diácono João Luiz Pozzobon, escola sede na Zona Leste, receberam a coordenação do Sinprosm na tarde do dia 23 de setembro. Eles optaram por fazer uma roda de debate com o Sindicato, esclarecendo dúvidas e propondo métodos de mobilização da categoria. A ideia era participar da Caminhada pela Educação da Zona Norte, reunindo mais docentes.

Os afirmaram estarem dispostos a voltar às ruas para lutar pelos direitos e intensificar a mobilização.



Zona Norte quer mais mobilização

Em respeito ao luto oficial do município pelo falecimento da promotora Ivanise Jann de Jesus, a caminhada da Zona Norte da cidade, que partiria de frente da EMEF Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no dia 30 de setembro, foi cancelada.

O professores da Perpétuo Socorro, uma das escolas mais ativas nas atividades da categoria, realizaram uma conversa, na qual debateram as perdas salariais do último ano, a preocupação com a situação do plano de saúde e propuseram estratégias para o próximo período.

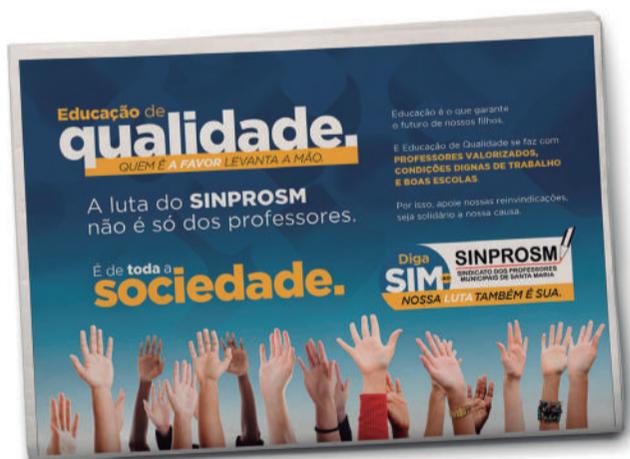
Campanha publicitária de valorização está nas ruas!

O Sinprosm lançou, no dia primeiro de outubro, uma campanha publicitária de valorização profissional, aprovada na última assembleia da categoria, no final de agosto.

As peças foram apresentadas em primeira mão em um coquetel que ocorreu na sede sindicato, reunindo professores ativos e aposentados, autoridades e a coordenação do sindicato.

A campanha encomendada para a Art-Meio Propaganda conta com dois outdoors – um localizado na Avenida Nossa Sra da Medianeira e outro na Avenida Dores, esquina com a Euclides da Cunha –, quatro busdoors (anúncios fixados na traseira de ônibus do transporte público) que circularão pela cidade durante todo o mês de outubro. Há também anúncios de rádio e de jornal, painel externo e totem novos na frente do Sinprosm, além de material de apoio, como adesivos e bottons também distribuídos no evento de lançamento da campanha.

Todos os materiais vêm acompanhados do novo slogan do sindicato: “Diga sim ao Sinprosm, nossa luta também é sua”. Durante o coquetel de lançamento, Beto Oliveira, diretor de criação da Art Meio, explicou um pouco da campanha: “O objetivo da campanha é mostrar que a luta dos professores municipais não é uma luta apenas pela categoria. É por algo maior, algo que une toda a sociedade, que é a luta por uma educação pública de qualidade.”



PISO SALARIAL | Schirmer descumpra promessa de negociar com o sindicato ainda em setembro

Na última reunião entre o chefe do Poder Executivo e a categoria, ocorrida em julho, o prefeito Cezar Schirmer afirmou, a respeito do reajuste de 6,6% que faltam para atingir o patamar mínimo do Piso Nacional do Magistério, que vai pagar, “só não posso dizer quando”.

À época, o peemedebista afirmou que chamaria o sindicato novamente para negociações ainda no final de agosto ou no início de setembro, quando já haveria previsão orçamentária para o segundo semestre. Desde então, o sindicato já enviou três ofícios, realizou inúmeras ligações e coordenadores já foram presencialmente ao Gabinete para solicitar o agendamento da reunião prometida.

Até agora, porém, a assessoria do prefeito não respondeu ao sindicato. Cabe lembrar que a prática do prefeito de ignorar as solicitações da categoria já é recorrente, visto que, da última vez, o chefe do executivo demorou quase sete meses - de janeiro a julho - para receber a categoria.





Financiar a educação em tempos de crise

Giovanni Frizzo, professor da UFPel e integrante do Sindicato dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (ANDES-SN), **explica as causas e á alternativas frente à escassez de verbas para o ensino público a nível federal, estadual e nos municípios**

ENTREVISTA

As notícias se repetem dia após dia: os governos anunciam sucessivos cortes de gastos em áreas como saúde, educação e segurança. No caso do governo federal, estima-se pelo menos 11 bilhões a menos para a educação neste ano; aqui no estado o governo parcela salários e aumenta impostos; e em Santa Maria o prefeito atribui à crise econômica a impossibilidade de reajustar o salário dos professores de acordo com o Piso Nacional do Magistério.

A impressão que fica, ao analisar as decisões de prefeitos, governadores e da presidente é que não há alternativas senão cortar gastos em serviços essenciais para sanar as contas públicas. Para Giovanni Frizzo, militante pela defesa da educação pública, porém, as soluções são outras. Professor da UFPel e integrante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, Frizzo conversou com o Primeira Classe para explicar quais ele considera as saídas mais justas para o financiamento do ensino.

primeira classe: Segundo um relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgado em 2014, o Brasil ocupa as últimas posições em um ranking de critérios como salário dos professores, condições de trabalho e desempenho dos alunos. Quais causas podem ser atribuídas, de maneira geral, a esse quadro?

Giovanni Frizzo: Em momentos de crise, para esses governantes - representada em diminuição do PIB e de recursos para investimentos - a solução é cortar do serviço público. A justificativa de que a crise está impedindo o investimento trata na verdade da priorização de recursos. No caso do governo federal, por exemplo, poderia-se cortar o recurso público para instituições privadas. Outra alternativa que estamos propondo, ao mesmo tem-

po, refere-se ao repasse feito para o pagamento da dívida pública [no ano passado o governo federal destinou 45,11% do orçamento para pagamento de juros da dívida pública, enquanto a educação ficou com 3,73%], tanto aqui no estado quanto na União, que no fim das contas só beneficia os banqueiros e precarizam o serviço público para a maioria da população.

São dois movimentos a se compreender. Um deles é o projeto de sociedade e educação que queremos. A nossa defesa é de que todo o recurso seja investido exclusivamente em educação pública. Ao mesmo tempo, a questão da dívida, por exemplo, joga sobre a sociedade uma contradição, pois ela foi contraída em detrimento da sociedade brasileira - muitas vezes acompanhadas de processos de privatizações e cortes no serviço público, imposições de organismos internacionais como condição para o empréstimo. Em relação à educação, boa parte dos problemas se resolveriam, sobretudo no caso das universidades, com o destino exclusivo do recurso público para as instituições públicas.

“O conjunto das medidas que vem sendo aplicadas - não só o ajuste fiscal deste ano, mas em outros momentos também - serve à destruição do serviço público em todos os âmbitos: federal, estadual e municipal. Dessa maneira todos os trabalhadores e estudantes acabam sofrendo isso na pele.”

Temos assistido, nos últimos anos, à eclosão de greves por toda a parte - tanto no caso dos servidores federais quanto nos estados e municípios do país. Isso é reflexo de perda de direitos dos trabalhadores da educação?

De certa maneira, a entrada do PT no governo federal em 2003 trouxe uma esperança para uma parte da classe trabalhadora nacional. Mas ela não foi correspondida. Nos últimos anos, os movimentos sociais e sindicatos tiveram seus processos de luta mais intensificados - podemos apontar que desde 2012, quando houve uma grande greve dos servidores públicos federais, a gente tem acompanhado o crescimento de movimentos de reivindicação. O conjunto das medidas que vem sendo aplicadas - não só o ajuste fiscal deste ano, mas em outros momentos também - serve à destruição do serviço público em todos os âmbitos: federal, estadual e municipal. Dessa maneira todos os trabalhadores e estudantes acabam sofrendo isso na pele. Um dos exemplos disso é o REUNI [Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais], que de 2007 a 2012 ampliou enormemente o número de vagas mas sem a menor condição de permanência dos estudantes, de trabalho para os professores, que têm seu ofício cada vez mais precarizado. Isso gera, obviamente, indignação e organização para o enfrentamento dessas políticas.

Como o senhor percebe a intensificação das mobilizações também nos estados e municípios?

Só neste ano nós vivenciamos greves importantes em outros estados, além do Rio Grande do Sul. O caso do Paraná, por exemplo, foi bastante elucidativa e teve, inclusive, uma enorme repressão por parte do governo Beto Richa (PSDB). As formas mais arbitrárias de violência foram aplicadas a ser-

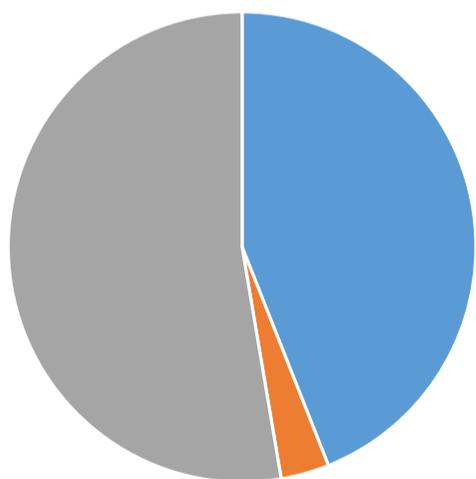
vidores da educação e de outros diversos setores que reivindicavam o direito de previdência. Olhe que interessante: lá e aqui o receituário de ajuste fiscal é o mesmo. O ataque à previdência através da criação do regime complementar é exatamente o mesmo tipo de encaminhamento dado ao “problema” pelo governo federal ainda em 2012. Isso faz com que os trabalhadores do serviço público não tenham direito à aposentadoria integral. Isso agora será replicado nos estados para sanar a crise - atacando os trabalhadores. Em São Paulo houve uma greve de quase quatro meses no setor da educação. Há uma série de greves que serve para enfrentar esse “ajuste”.

Os gastos do governo com ensino privado impactam no financiamento da educação pública?

Neste ano, por exemplo, de acordo com o que avaliamos no Comitê de Greve, foram mais de 11 bilhões de reais cortados da educação pública federal. Para a educação privada, além de não haver cortes, houve ampliação de investimento: Janine [Renato Janine Ribeiro, agora ex-Ministro da Educação] garantiu que estavam garantidos 15 bilhões para o FIES, ou seja, um valor maior do que o valor cortado da educação pública.

Quais outros aspectos, além de uma remuneração justa, têm sido pauta desses movimentos?

A pauta da defesa da educação pública é prioritária, especialmente para que os governos garantam financiamento público para a educação. Claro que temos as pautas salariais, pois nossos salários são corroídos pela inflação a cada momento, mas lutar pela ampliação dos recursos públicos é central. Para garantir condições de trabalho, de permanência dos estudantes, contratação de trabalhadores. As pautas de todos os movimentos da área da educação envolvem essencialmente a defesa da qualidade da educação - e isso requer necessariamente recursos adequados.



Em 2014, o governo federal usou **43,98%** do orçamento para pagar os júros da dívida pública. **À educação restaram 3,34%**. Dívida, segundo Frizzo, **contraída “em detrimento da sociedade brasileira - muitas vezes a acompanhada de processo de privatizações e cortes no serviço público”**.



EMAI abre inscrições para novos alunos ainda em outubro

Em 1885 ocorreu a inauguração da Estação Férrea de Santa Maria da Bocca do Monte, estratégica desde seu início por ser localizada no centro do Rio Grande do Sul e, por isso, ter a capacidade de interligar pontos distantes do estado. Muito antes de Santa Maria ser uma cidade universitária, pode-se dizer que o seu desenvolvimento deu-se principalmente devido à sua ferrovia, tanto que nas primeiras duas décadas após os trilhos chegarem à cidade, sua população já havia quintuplicado, segundo dados do Patrimônio Ferroviário do RS.

Com o tempo, maior tornou-se a necessidade de mão de obra qualificada para trabalhar nas linhas ferroviárias. Para atender essa demanda, em abril de 1973 foi inaugurado o Centro de Formação Profissional de Santa Maria, uma parceria da Rede Ferroviária Nacional com o SENAI, que funcionou até 1996, tendo formado neste período mais de 900 técnicos. No início do ano seguinte, a escola foi incorporada à rede pública municipal, transformando-se na EMAI, que passou a oferecer uma educação profissionalizante a nível básico para jovens e adultos da cidade, um modelo único em todo o país.

Atualmente a escola conta com mais de 250 alunos, distribuídos nos cursos de Metalurgia (Serralheria e Solda), Eletricidade (Predial e Industrial), Mecânica de Usinagem e Desenho Industrial.

“Já formamos aproximadamente 1400 alunos na nossa escola. As empresas procuram os alunos da EMAI devido à formação que damos a eles: além do conhecimento técnico, trabalhamos com a cooperação, respeito e espírito de grupo”, comenta o prof Paulo Roberto Rodrigues, diretor da escola.

Os cursos ministrados pelo horário da manhã duram dois semestres, enquanto os cursos da tarde e da noite duram quatro. Os alunos da manhã e tarde cursam o ensino técnico em um turno e o ensino fundamental regular no turno inverso, em outra escola. Já os alunos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), que estudam à noite, fazem os

dois últimos anos do ensino fundamental junto ao ensino profissionalizante, na EMAI. Independente do turno, a grande maioria dos alunos faz parte do programa Jovem Aprendiz, em que eles recebem bolsa e auxílio-transporte para desenvolverem atividades dentro de suas áreas de aprendizagem para empresas cadastradas.

A escola também é polo regional do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil - E-tec Brasil, que oferece cursos na modalidade Ensino à Distância - EaD, coordenadas por instituições federais com ensino médio, tais como Instituto Federal Farroupilha, IFRS, CTISM, UFRGS, PUCRS e UFPel. Os cursos ofertados no ano de 2014 foram nas áreas de automação, agroindústria e secretariado, e além disso a EMAI também desenvolveu programas do PRONATEC na área de eletro-metal-mecânica.

Para manter toda a sua estrutura, a EMAI conta com 23 professores em sua equipe e a reposição do quadro, no momento, é uma de suas principais reivindicações. As vagas abertas no último concurso público da prefeitura para os cargos de professor de Desenho Técnico, professor de Metalurgia e professor de Mecânica não foram preenchidos, e um novo concurso deverá ser organizado. “Para preencher os requisitos necessários é necessário ter a pedagogia e os conhecimentos técnicos. Não é fácil ensinar uma profissão, pois é necessário ter a prática, mas também ter que ter uma preparação completa, uma didática. O aluno não é máquina”, explica o professor Paulo Roberto, que tem se revezado nas tarefas da direção e de sala de aula, enquanto o quadro continua incompleto.

A EMAI abrirá seleção para novos alunos na segunda quinzena de outubro. Os interessados devem ter mais de 14 anos, estar cursando a partir do 7º ano do Ensino Fundamental e passar por uma prova de seleção. Na ocasião do fechamento do Primeira Classe, ainda não havia sido divulgada a data exata de início do processo, porém assim que esta for informada divulgaremos na página do Sinprosm no facebook (www.facebook.com/sinprosm) e em nosso site (www.sinprosm.com.br).

Chá dos
Professores Aposentados

Dia: **29 de outubro**
 Hora: **15h**
 Local: **Salão de festas da Catedral Diocesana**



Os convites para ambos os eventos estão disponíveis na sede do sindicato e são gratuitos para sindicalizados! No caso do baile, acompanhantes pagam R\$ 35,00. Em dúvidas? Ligue para o Sinprosm! **32230168 - 3025-5458**

*O Jantar Baile do Dia do Professor é aberto também aos professores aposentados.

Jantar Baile do
Dia do Professor

Dia: **17 de outubro**
 Hora: **20h30min**
 Local: **CTG Sentinela da Querência**

Animação: **Druzian Sonorizações**



edição 195 |
 setembro de 2015
 jornal mensal do
 Sindicato dos
 Professores Municipais
 de Santa Maria

primeira classe

**Mala Direta Postal
 Básica**

9912342496/2014 - DR/RS
 SINPROSM

///CORREIOS///



CNPJ: 92458835/0001-08
 Rua André Marques, 418. 97010-040
 Santa Maria RS
 Contato: 55 3223.0168 / 3025.1418 /
 sinprosm@gmail.com

COORDENAÇÃO:
 Ieda Moraes Struniks
 Jane May de Oliveira Leal
 Magda Dias Alvarez
 Mariane Frigo Denardin
 Paulo Ricardo Merten
 Sandra Carginin

**PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA, REDAÇÃO,
 REVISÃO E
 DIAGRAMAÇÃO:**

GREGÓRIO MASCARENHAS MTB 17444
 FELIPE SEVERO - MTB 17952

IMPRESSÃO: Jornal Gazeta do Sul
 TIRAGEM: 2.000 exemplares

Quer ver algum projeto ou atividade da sua escola publicado no Primeira Classe?
 Entre em contato com o sindicato pelo email: sinprosm@gmail.com